

ARTIGO | *PAPER*

UMA ARQUEOLOGIA DAS FORMAS DE ABANDONO: COLONIALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA MORTE

Márcia Lika Hattori^a

^a Instituto de Ciencias del Patrimonio. Consejo Superior de Investigaciones Científicas – INCIPIT – CSIC. Doutora em Arqueologia. Pesquisa desenvolvida sob financiamento Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement Nr - 722416. Email: marcia.hattori@incipit.csic.es

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre o abandono institucional e a materialização da colonialidade no racismo estrutural e classismo sob corpos a partir de formas de violência de estado que são naturalizadas. Analiso especificamente como se constrói a cidadania na morte, a partir de um olhar sobre o tratamento de funcionários e instituições de corpos categorizados como “desconhecidos” pela burocracia estatal durante a ditadura empresarial militar brasileira. Essa análise tem como eixo central a compreensão de colonialidade onde ações opressoras são sustentadas sob a racialização e racionalização que se perpetuam no mundo pós-colonial sobre os sujeitos subalternizados.

PALAVRAS-CHAVE

Abandono, desaparecidos, cidadania, corpos desconhecidos, ditadura.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to offer a portrayal on institutional abandonment and the materialisation of coloniality in structural racism and classism under bodies in the construction of citizenship in death, resulting from naturalised forms of state violence. I specifically examine how citizenship in death is constructed through the treatment of bodies classified as “unknown” by the state bureaucracy during the Brazilian military corporate dictatorship. The understanding of coloniality, where oppressive actions are sustained under the racialization and rationalisation that are perpetuated in the post-colonial world on subaltern subjects, is central to this analysis.

KEYWORDS

Abandonment, disappeared people, citizenship, unknown bodies, dictatorship.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

HATTORI, Márcia Lika. Uma arqueologia das formas de abandono: colonialidade e a construção da cidadania na morte. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 192-210, Jan-Jun. 2022.

1. INTRODUÇÃO

Ednalva Silva, presente, hoje e sempre!

Líder do movimento baiano de mães que sofrem de violência estatal no presente, Ednalva, mulher, negra e mãe de três filhos morava em Caetité, no alto sertão da Bahia. Seu filho foi executado pela polícia militar da Bahia enquanto tomava banho em casa no início de 2019. Posteriormente ela fundou um grupo de mães contra a violência estatal e organizou-se com a rede nacional de familiares, em diálogo com muitos líderes do Rio de Janeiro. Ela buscou justiça nas diferentes instâncias do Estado para investigar as ações da Polícia Militar que pareciam sistemáticas. A cada mês, jovens negros pobres eram executados na cidade em circunstâncias muito semelhantes às do filho de Ednalva. Seu esforço e luta era coletar essas histórias individuais e reunir os parentes dessas vítimas para que, coletivamente, eles tivessem mais força para exigir o que precisavam: verdade e justiça.

Um ano após o assassinato de seu filho em março de 2020, Ednalva morreu de um ataque cardíaco aos 34 anos de idade. Após a morte de seu filho, ela começou a ter problemas de saúde, como diabetes, doenças pulmonares e assim por diante. Ednalva não morreu de ataque cardíaco, ela morreu devido aos efeitos da violência do Estado.

Apreendi com Ednalva, da pior e mais terrível forma possível, que quando uma pessoa desaparece, ou quando ela é eliminada pela violência do Estado que age sobre a população jovem, pobre e negra, não é apenas o corpo que desaparece ou é eliminado. Uma comunidade inteira é afetada pela violência do Estado. Como afirma Almudena Hernando (2017), quando pensamos em nossa individualidade, somos seres relacionais. Ednalva, que era uma das líderes do movimento, morreu. Seus outros dois filhos, que já haviam perdido o irmão, também perderam a mãe. Em *La Racionalidad del Terror*, Abós (1979) cunhou o termo “violência irradiada”. Quando ocorre violência estatal, muitas vezes nos concentramos no indivíduo, mas na realidade estamos falando de toda uma rede (PADRÓS, 2012), não apenas da geração que vive no presente, mas também das gerações seguintes. Marianne Hirsch (2008, p. 103) argumenta que as segundas gerações muitas vezes se conectam tão profundamente com as memórias traumáticas dos sobreviventes que estas experiências parecem se transformar em memórias próprias. Além disso, a autora argumenta que as formas pelas quais estas próximas gerações invocam o passado é diferente da forma como as testemunhas contemporâneas o fazem. Nos casos anteriores, o passado “não é mediado pela memória, mas por investimentos imaginativos, projeção e criação” (HIRSCH, 2008, p. 107).

Este legado assombroso, conhecido como herança intergeracional do trauma (ABRAHAM; TOROK, 1994), é a forma mais intangível de violência, na qual uma pessoa pode manifestar sintomas que não são diretamente de suas próprias experiências de vida, mas dos conflitos psicológicos, traumas ou segredos de um pai ou ancestral (SCHWAB, 2010).

Esse texto é uma homenagem a Ednalva que, durante seus últimos anos, lutou contra formas de abandono e negligência de funcionários e instituições estatais para evidenciar a violência estatal, a partir da ação sistemática da polícia militar.

2. UMA ARQUEOLOGIA DAS FORMAS DE ABANDONO

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre o abandono institucional e formas de violência de estado que são naturalizadas, a partir de um olhar sobre o tratamento de funcionários e instituições de corpos categorizados como “desconhecidos” pela burocracia estatal durante a ditadura empresarial militar brasileira. Essa análise tem como base a ideia de colonialidade (CUSICANQUI, [s. d.]; LUGONES, 2014) onde as ações opressoras sustentadas nos pilares fundamentais do modelo eurocêntrico de dominação e exploração, em este caso, a racialização e racionalização (CARVALHO, 2018; QUIJANO, 2015), se perpetuam no mundo pós-colonial sobre os sujeitos subalternizados. Nesse contexto compreendo que a tortura nas prisões, o encarceramento em massa, a violência policial, a parcialidade da justiça e a constituição da cidadania na vida e na morte são formas de terror do Estado assim como as que se vem exercidas pelos governos autoritários. Como afirma Rita Segato (2016), ambas formam parte da sequência que começou com os genocídios perpetrados pelos agentes das metrópoles coloniais e dos estados nacionais.

Situo essa reflexão em uma arqueologia do passado recente, com uma abordagem particular para compreender os atravessamentos entre a racialização de corpos, classismo, sexismo e como estes são utilizados na gestão de cadáveres e formas de desaparecimento. Esta arqueologia explora as características ocultas da modernidade tardia (AUGÉ, 1995) que busca materializar estes legados da ditadura, examinando as tecnologias de desaparecimento desenvolvidas pelos Estados. Esta forma de entender a persistência (OLIVIER, 2017) é vista nos modos como experimentamos diferentes formas de Estado (democrático, autoritário e seus diferentes matizes) e a ruptura incompleta nos processos de transição. Fundamental compreender que “não existe arqueologia do século 21, mas apenas arqueologia do século 21 e todo seu passado, misturado e enredado” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 262). Em outras palavras, estes passados nunca estão verdadeiramente “acabados” porque são depositados dentro de todos os presentes sucessivos (HARRISON; BREITHOFF, 2017).

Ao explorar uma arqueologia da necropolítica que analisa o abandono, a partir do tratamento *post-mortem* dos corpos humanos, é possível evidenciar formas de violência estrutural, parte de políticas estatais deliberadas e sistemáticas para certos grupos, ao invés de conflitos ou formas mais diretas de violência, como o desaparecimento forçado. Esta outra forma de violência estrutural relacionada ao desaparecimento por omissão não é aleatória, mas parte de uma ação sistemática e deliberada. A arqueologia permite fornecer mais dados sobre a violência estrutural que é mais constante do que episódica, em outras palavras, evidenciar que aquilo que deveria ser considerado excepcional, uma tragédia e uma vergonha, muitas vezes ou quase sempre não é, sendo retratado como “natural”, e facilmente negado pelos atores estatais e apagado pela burocracia. A violência aqui não é tanto a violação do cotidiano, mas a redução à vida nua, ou seja, a vida em sua forma mais biológica (AGAMBEN; HELLER-ROAZEN, 1998; GUPTA, 2012, p. 21).

A conceituação da necropolítica de Mbembe (2006) é inspirada na reflexão de Michel

Foucault sobre o biopoder e a teoria anti-colonial de Franz Fanon (1979) . Baseando-se nessas reflexões, Mbembe ressalta que a soberania e os processos de subjetivação nas colônias foram pautados na violência, enquanto o poder pós-colonial toma a forma de necropolítica já que “faz do assassinato do inimigo seu objetivo primário e absoluto” (BASSICHIS; SPADE, 2014; HARTMAN, 2008, 2012; MBEMBE, 2006).

Sua teoria da necropolítica refere-se a mais do que apenas um direito de matar; o direito de expor outras pessoas (incluindo os próprios cidadãos de um país) à morte (ou deixá-los morrer), incluindo o direito de impor a morte social ou civil, e outras formas de violência política. Nesse sentido, não se trata de ser morto ou de produzir a morte, mas de administrar as condições para fazê-lo. Trata-se de tornar certas regiões e grupos permanentemente sujeitos a um controle das condições necessárias para a sobrevivência em níveis mínimos ou quase fronteiriços. O que é totalmente material é a existência de uma sociedade apegada à capacidade de classificar, categorizar, ordenar e administrar seu povo de forma violenta. O filósofo contribui incorporando o sistema de poder capitalista do mundo tanto em termos de contextos coloniais quanto de modernidade - dois eixos inseparáveis no funcionamento do sistema de poder. Pensar através da necropolítica no terreno do desaparecimento traz à vista mundos cotidianos de morte, desde os locais talvez mais esperados de morte (como guerra, tortura ou invasão imperial) até a violência ordinária e completamente normalizada. Inspiro-me na pesquisa conduzida por Jaime Alves (2014), que entende a persistência da morte policial como parte da governança urbana racializada no Brasil. Para ele:

(...) a necropolítica entra em jogo como um significante da ordem jurídica que torna os negros como sujeitos fora-da-lei. A abordagem legalista/de direitos humanos, portanto, não protege os favelados, pois como o lugar habitado por “não-corpos”, a favela é uma região política com/sem lei na qual o direito do Estado de matar é sempre legítimo” (Alves, 2014, p. 4)

Estes conceitos têm sido inspirados por pesquisadoras das formas institucionais de racismo para descrever a politização do corpo racializado (EILBAUM; MEDEIROS, 2015; FERREIRA, 2009; KANT DE LIMA, 1995; MEDEIROS, 2015), por exemplo, a partir da sociologia, antropologia, filosofia, mas não da arqueologia. Analiso como a violência é realizada e produzida através do tratamento específico dos cadáveres. O que deveria ser a “construção social da pessoa morta” pelo Estado que, a partir do século 20, tornou-se responsável pelo controle e identificação dos cadáveres, verifica-se a negligência, a partir de certos procedimentos que deveriam contribuir para identificação. Entretanto, estas relações com corpos considerados menos humanos e menos dignos de luto são observadas nas formas materiais de abandono e desaparecimento das poucas informações que poderiam ser obtidas a partir do encontro com o corpo. Este tratamento diferenciado na morte, evidencia esta cidadania precária e sua posição social e política.

A abordagem arqueológica da necropolítica deve levar em conta a supermodernidade, colonialidade, abordagens feministas em contextos como a luta “vivas nos queremos” dos feminicídios, formas de encarceramento em massa, violência de Estado em uma abordagem

que contabilize estes entrecruzamentos de formas de racismo, classismo e sexismo, não como entidades separadas, mas como estruturais às formas intrínsecas de exploração do capitalismo. O racismo não é apenas uma questão de preconceito individual, hostilidade ou antagonismo. Ao contrário, ele opera como uma justificação e forma de organização estrutural para o exercício do poder e a distribuição de privilégios historicamente desenvolvidos (GILMORE, 2007).

Defendo que a compreensão deste tratamento desigual das pessoas reside no controle estatal dos corpos durante a vida - biopolítica - bem como no controle estatal dos mortos. Uma arqueologia da necropolítica deveria tentar desvendar os mecanismos e técnicas que são naturalizados na gestão da morte pelo Estado e entender como o Estado-nação e suas formas de controle populacional em um sistema capitalista são forjadas e consolidadas. A escravidão europeia foi uma das forças que moldaram o mundo moderno. A sociedade brasileira foi fundada tanto sobre a escravidão quanto sobre o genocídio e nunca deixou de se reproduzir através deles. Nos seguintes itens busco compreender e elaborar a partir de uma abordagem arqueológica as biografias *post mortem* (DE LEÓN, 2015; LAQUEUR, 1983; VERDERY, 1999) e histórias coletivas de grupos marginalizados em vida e morte.

3. A BUROCRACIA DA MORTE NA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1985)

Entre 2014 a 2017, fiz parte da equipe forense que trabalhou na investigação da vala clandestina de Perus que ocultava remanescentes humanos ósseos de mais de 1.500 pessoas na cidade de São Paulo. Durante esses três anos, parte do trabalho envolveu uma pesquisa sistemática da documentação do Instituto Médico Legal de São Paulo - IML-SP (BRASIL, 2014; SOUZA *et al.*, 2015). A vala de Perus é resultado de um longo processo de ocultação e desaparecimento que afetou, e ainda afeta, a população de São Paulo (BARCELLOS, 2001; TELES; LISBOA, 2012; VANNUCHI, 2020). Entre eles, há vítimas da ditadura militar, muitas das quais foram enterradas como desconhecidas, categoria que, embora envolva a produção de documentação com vistas a uma possível restituição da identidade, a burocracia e a falta de sistematização resulta em processos de remoção “legal” da identidade dos sujeitos, uma vez que tal processo está localizado dentro de um sistema estatal.

A pesquisa na documentação começou com a suspeita apontada pelo Comitê de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos - o nome da associação dos familiares, de que o desaparecido Aylton Adalberto Mortati, seria anotado no livro de sepultamento do cemitério como “desconhecido”, com local e data de morte próximos aos de seu desaparecimento. Assim, foi sugerida a possibilidade de que muitos dos desaparecidos pelas forças de repressão da ditadura militar entrassem no cemitério como “desconhecidos”, tendo suas identidades negadas e apagadas dentro das instituições estatais que tinham a ver com a burocracia da morte e o caminho do corpo, como é recorrente em vários países da América Latina (HATTORI *et al.*, 2016).

Os livros de registro do cemitério haviam sido consultados por diferentes pessoas em busca

de pistas sobre os desaparecimentos da ditadura, incluindo parentes, jornalistas, funcionários e pessoas envolvidas com questões de direitos humanos desde os anos 70. Com a estrutura e os conhecimentos gerados por estas informações, a equipe optou por examinar sistematicamente todas as páginas dos livros, coletando todos os dados a fim de poder realizar uma análise estatística, gerando dados nos quais era possível levantar hipóteses sobre um universo de 41 pessoas desaparecidas, com diferentes graus de probabilidade, sobre quem poderia estar na vala. Isto também permitiria cruzar dados com outras séries documentais, tais como as referentes ao Instituto Médico Legal de São Paulo (IML) e ao DOPS/SP, a delegacia de polícia estabelecida para casos considerados crimes políticos.

No entanto, muito mais surgiu na análise e na coleta de dados. Foi possível perceber mecanismos de desaparecimento em funcionamento formados por elos de uma cadeia institucional e burocrática que perpetua o não rastreamento e, conseqüentemente, sua ocultação. Ficou claro que o sistema de repressão e a estratégia dos primeiros anos de repressão fez uso de um mecanismo que já estava em vigor, o “desaparecimento administrativo” para efetuar desaparecimentos forçados (FRANCO, 2018; HATTORI *et al.*, 2016).

Este caminho para desvendar estas diferentes formas de omissão também revelou que a omissão dos funcionários que realizam o trabalho técnico na construção social dos mortos desconhecidos era visivelmente aplicada às pessoas negras e pobres. Nos livros de fotografia de cadáveres, ficou evidente na busca de desaparecimentos políticos, como classe e raça foram decisivos na forma em que identidades são formuladas e esforços são envidados para identificação.

A partir da evidência bruta da omissão e de suas relações com a classe social e a raça, bastante naturalizadas no Brasil, busquei verificar se era uma das técnicas de desaparecimento que permeava a estrutura das instituições estatais que lidam com a morte analisando um conjunto específico: a descrição de roupas e sua caracterização nos casos de corpos classificados como “desconhecidos” que deveriam ser pormenorizadamente descritos com vistas a identificação, pois são potencialmente casos de pessoas desaparecidas.

3.1. INDIVIDUALIZAÇÃO A PARTIR DAS ROUPAS DOS CASOS DOS CADÁVERES “DESCONHECIDOS”

Quando nossa análise se concentra em roupas, este tipo de materialidade não só cumpre propósitos funcionais, mas também está relacionado a certos aspectos da auto-expressão e comportamento de uma pessoa, além de ser um meio de comunicação através do qual várias mensagens podem ser transmitidas. Diferentes estilos e materiais podem nos proteger do frio e do calor ou da exposição ao sol, vento, chuva e sujeira, de influências ambientais, doenças e outros perigos ou ferimentos. A condição social, assim como a personalidade individual, pode ser expressa através do vestuário. Certos códigos, que podem ser transmitidos pelo vestuário,

constituem parte integrante da produção de normas e identidades de grupo. Se familiarizados com a estrutura social e o sistema de comunicação de um grupo, outros podem reconhecer o status ou a classe de uma pessoa através de seu vestuário. O uso do vestuário é, portanto, parte integrante da teoria do “hábito” de Bourdieu e como a racionalidade moderna estabelece regras de comportamento e noções de sofisticação e estética que ele concebe como parte do capital simbólico (BOURDIEU, 2016). O desejo de adquirir diferentes artigos se ajusta aos níveis das estruturas de classe, distanciando a necessidade para fins funcionais. Entretanto, é importante afirmar que o vestuário está sujeito a diferentes normas, hábitos e tradições em diferentes áreas geográficas do mundo. Adornar, vestir, ‘fazer’ o corpo, é uma prática de comunicação e uma representação dos valores sociais. Fala do indivíduo, de suas aspirações e da maneira como ele se esconde, mas também informa como ele se relaciona com o grupo e com a estrutura sociocultural maior na qual ele está inserido.

Do ponto de vista arqueológico, o vestuário é um tipo de cultura material que, devido às difíceis condições de preservação, não está frequentemente no centro das pesquisas arqueológicas ou baseadas na cultura material, embora tenha desempenhado um papel essencial na história humana (JANAWAY, 2002; THEUNE, 2017). Entretanto, mesmo em pesquisas relacionadas ao passado recente, para as quais existe uma maior possibilidade de preservação destes artefatos, poucos estudos foram realizados, embora com algumas exceções muito poderosas (SALERNO, 2007, 2009). Um deles é a análise de Claudia Theune (2017) sobre as roupas nos campos de concentração, na qual ela destaca o papel da SS em excluir deliberadamente os prisioneiros da sociedade pelo ato de retirar suas roupas e seus nomes e substituí-los por um terno listrado e um número. Este tratamento desumano visava privar os detentos de sua própria personalidade, individualidade, identidade e qualquer uma das possibilidades habituais de agir. Entretanto, a pesquisadora também mostra inscrições bordadas pelos próprios detentos que de alguma forma os individualizavam, personalizava, resistindo mutuamente à despersonalização do uniforme.

Usado como categoria analítica, o vestuário também pode incluir modificação do corpo (tatuagens, pintura, escarificação, piercings), ornamentação (tampões labiais, brincos) e até mesmo equipamentos portáteis. Todas estas formas individuais que criamos para nos comunicar e nos expressarmos estão incluídas neste esforço para analisar os restos materiais de pessoas desconhecidas que morreram durante os anos 70. É importante afirmar que, quando nos referimos à roupa de pessoas mortas, este é um processo sempre levado a cabo pelos vivos. Nos casos de pessoas desconhecidas, é um processo realizado pelo Estado. Todos os rituais envolvidos são protocolos a fim de classificar e controlar.

Pessoas enterradas como NN são pessoas potencialmente desaparecidas, considerando que todos estão socialmente inscritos e se relacionam com grupos, comunidades e outras pessoas, independentemente de sua situação socioeconômica. Tecnicamente, um corpo “desconhecido” é aquele cuja identidade civil não poderia ser “provada”. Quando a morte biológica é confirmada, além de determinar a causa da morte, é necessário identificar a pessoa por trás do corpo. É como se estivéssemos diante de uma máscara vazia e sem rosto. A morte biológica é uma certeza, mas

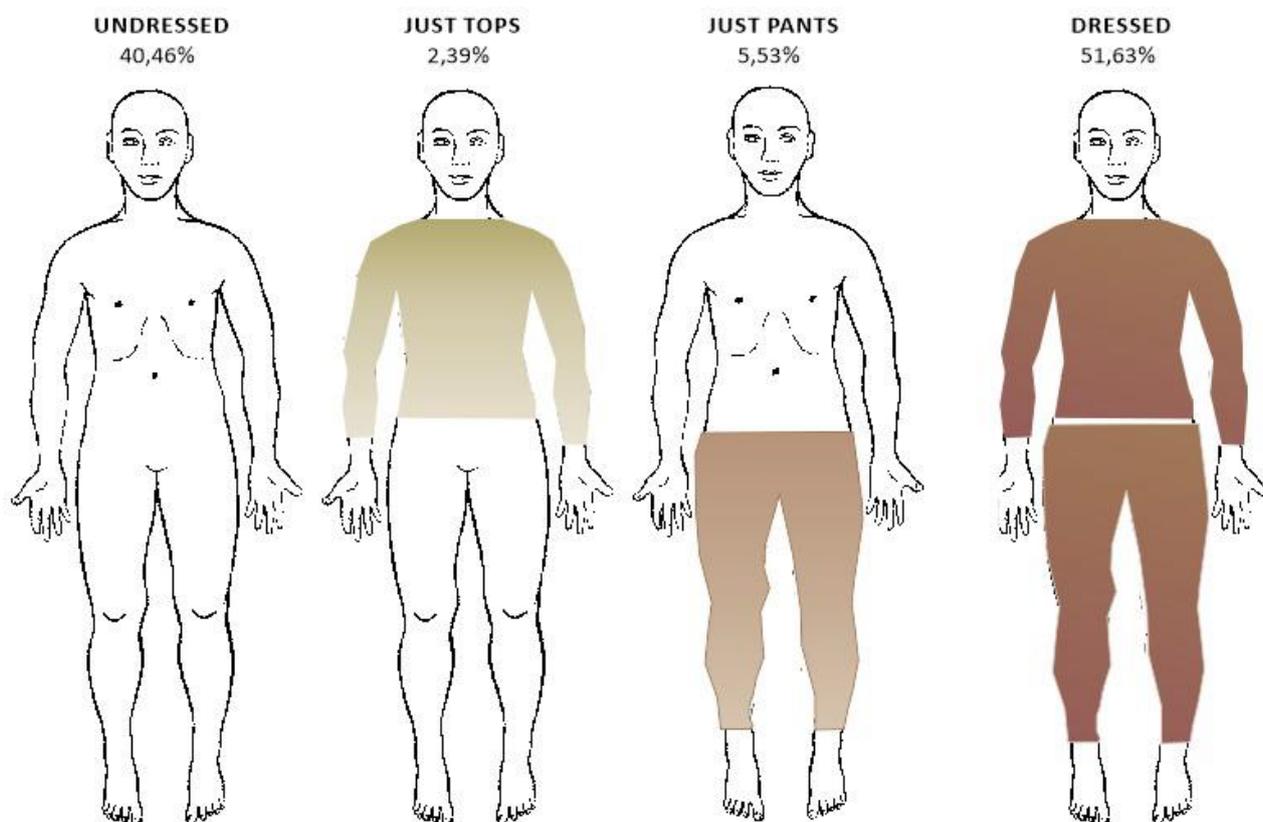
uma certeza insuficiente. Embora seja uma condição necessária, não é suficiente para a morte social da pessoa (REZENDE, 2012).

O ponto de partida desta análise é entender que o desaparecimento não só priva uma pessoa de sua liberdade, sujeitando-a à tortura, a condições desumanas em centros de detenção clandestinos e ao assassinato, mas também envolve o uso do aparato estatal para evitar estabelecer a relação de identidade que liga a pessoa a um corpo que aparece sem nome para perpetuar o sofrimento de amigos e parentes.

Assim, o objetivo deste trabalho é estabelecer modos de ordenação com o objetivo de compreender e testar hipóteses para confrontar uma observação qualitativa dos dados - não padronização, descrições longas e aqueles registros que nem sequer ocupam uma linha no documento: o sapato preto sem tamanho, sem marca, sem tipo de material, sem especificação. O objetivo da análise quantitativa foi, através de um esforço metodológico forense, descobrir, criar evidências, revelar o que alguns autores denominaram como uma abordagem baseada em dados baseados em evidências (CROSSLAND, 2013).

Ao analisar todos os casos de pessoas enterradas como desconhecidas entre os anos de 1971 a 1975 na cidade de São Paulo, mais de 40% são descritas como despidas e não há informações sobre roupas ou qualquer objeto pessoal. Ao gerar estes dados, considereirei “despido” como os casos em que não havia descrição ou que foram descritos diretamente como despídos, além daqueles com apenas uma folha branca, jornal ou um cobertor sobre o corpo.

Gráfico I. Descrição de roupas dos casos de pessoas enterradas como desconhecido



Ao olharmos a história desses diferentes casos, vemos que alguns estão relacionados

com a maioria dos atropelamentos, afogamentos, doenças, mortes naturais ou encontro de corpos. Em qualquer caso, percebe-se que mesmo casos de acidentes de carro causados por diversas circunstâncias, as roupas não são descritas. De todos os casos em que os relatórios de atropelamentos (92 no total), todos aparecem como despídos na descrição da roupa ou sem qualquer preenchimento deste campo no documento. Em relação a todos os casos de 1971 a 1975, praticamente a metade está despida ou sem qualquer informação.

Nos casos em que há uma descrição mínima da parte superior e inferior, teríamos mais da metade de todos os casos, que seria 51% da amostra. Outros têm apenas a descrição da parte superior ou inferior. Por exemplo, existem documentos que descrevem a roupa como “uma blusa de lã amarela”, “roupa íntima amarela”, “uma camisa azul” ou “uma blusa de algodão”, sendo estas as únicas informações dadas para a descrição da roupa e acessórios. É verdade que as condições em que os corpos foram encontrados, a cena do crime e os próprios processos de conservação, entre muitas outras variáveis, influenciarão as possibilidades de descrição, mas chama-se a atenção para uma possível negligência em um dos passos fundamentais para auxiliar na identificação de um corpo.

Olhando o gráfico de nuvem de palavras (OLIPHANT, 2006; VAN ROSSUM; DRAKE JR, 1995) produzida pela filtragem dos casos em que há uma descrição das roupas, “calça azul”, “calça cinza”, “jeans azul”, “camisa de algodão” ou “camisa azul” são os elementos que aparecem com mais frequência. Estes termos são muito gerais e não são dadas descrições mais detalhadas que poderiam ser mais individualizadas, tais como um desenho em uma camisa, uma marca ou uma inscrição.

Gráfico II. Nuvem de palavras para os casos com algum tipo de descrição das vestes



In Portuguese	English translation
Calça azul	Blue pants
Calça cinza	Grey pants
Calça de brim azul	Blue jeans
Camisa de algodão fantasia	Cotton shirt
Camisa azul	Blue shirt
Sapatos de couro preto	Black leather shoes
Camisa fantasia	shirt
Camisa de algodão branco	White cotton shirt
Calça de casemira azul	Blue cashmere pants
Calça preta	Black pants
Camisa branca	White shirt
Camisa de algodão azul	Blue cotton shirt
Blusa de lã azul	Blue wool blouse
Calça marrom	Brown pants
Sapatos pretos	Black shoes
Cueca branca	White underwear
Sapatos de couro marrom	Brown leather shoes
Meias pretas	Dark socks

Alguns casos apresentam a descrição da roupa de trabalho como “guarda-pó brim”. O

marrom, etc. Alguns mencionam o material (couro, plástico, lona), outros o tipo (sapatos, tênis, sandálias, chinelos, botas), alguns declaram a marca (Conga, Keds, Havaianas, entre outros).

Entre os poucos casos em que o modelo ou marca aparece, é notável que aqueles que podem se referir a uma situação econômica vantajosa são descritos, como é o caso dos sapatos Keds ou na descrição de um caso que descreve a bota Borzeguim utilizada pelo pessoal militar.

Figura I. Bota Borzeguim



Outros casos são marcantes na medida em que aparecem sem descrição de roupas sob o termo “despido”, por exemplo, homens entre 25-50 anos de idade cuja história apresenta descrições como “atropelado”, ou “atropelado por carro”, “subitamente doente, morreu (...)”, “ferimento por arma de fogo a ser esclarecido”. Essas pessoas possivelmente foram encontradas na rua, embora seu local de morte não esteja especificado e sejam descritas como estando sem roupas, embora haja muito pouca probabilidade de que estivessem nuas quando o corpo foi encontrado.

3.2. AS MORALIDADES SITUADAS NO CUIDADO

Em 1972, um homem de 45 anos de idade, descrito como despido, foi enterrado como NN no cemitério Dom Bosco. Sua história diz que “a vítima teria tido uma morte natural em sua casa”. O local da morte é declarado como “em casa”, sem indicação do número da casa, rua ou bairro. No mesmo ano, um homem de 50 anos, vítima de uma morte natural de acordo com sua história, estava no CETREN (Centro de Triagem e Indicação da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo) e foi descrito como “desconhecido” e sem roupas. O CETREN, onde esta pessoa aparentemente foi encontrada, era um centro de recepção localizado no bairro central de Cambuci. As pessoas que frequentavam esta instituição vinham de todas as regiões do país (e até mesmo do exterior), e tinham diferentes razões para ir para lá: algumas precisavam de assistência médica, algumas eram encaminhadas pelos Serviços Sociais, outras precisavam de documentos, mas a maioria estava procurando um emprego e solicitando passes gratuitos para viajar para

suas localidades de origem em outras regiões. Como é possível que nestes casos a pessoa seja enterrada como desconhecido quando foi encontrada dentro de casa ou em uma instituição que para entrar, alguns dados básicos como o nome são necessários?

Há tantos casos desses que reforçam essa violência estatal que não só está ligada à eliminação física, através de seus dispositivos militares e paramilitares, mas também à cumplicidade e negligência estatal, em que o Estado exerce seu poder soberano, fazendo desaparecer todos aqueles categorizados como indesejáveis. Outro exemplo é uma pessoa descrita como usando uma camisola marrom, camisa de algodão marrom xadrez, jeans azul, meias de nylon preto e calções pretos, um homem de 26 anos cujo corpo foi alegadamente encontrado morto na cela de uma delegacia de polícia e foi enterrado como desconhecido em 1975. A “ética policial” e o “direito policial” são a tradução prática de uma série de noções sociais contrárias às garantias democráticas. Desde os séculos XVIII e XIX, a polícia tem desempenhado um papel fundamental na criação de “fronteiras de cidadania” entre trabalhadores classificados e criminosos (KANT DE LIMA, 1995, 2005). Como alguém que foi levado para a delegacia, fichado e fotografado pela polícia seja enterrado como desconhecido se, ao entrar, passou por uma série de procedimentos de controle, particularmente relacionados à sua identidade civil?

O que fica claro nestes inúmeros casos, é a negligência com que estas pessoas são tratadas pelo sistema, particularmente por aqueles que nele atuam, que, a priori, têm a responsabilidade de constituir socialmente estes corpos sem identidade, mas que, ao contrário, literalmente os despojam, removendo as informações limitadas que poderiam ser fornecidas, como uma descrição de suas roupas. Estas informações poderiam ser úteis no caso de identificação futura por um parente que as procure.

Este sistema é utilizado para dar um ar de legalidade ao processo, eliminando assim categorias inteiras de cidadãos que parecem não integráveis a este mesmo sistema. Até pelo menos 2016, os corpos de pessoas não reclamadas eram geralmente entregues completamente nus no cemitério, sem qualquer tipo de roupa ou manta mortuária, em caixões com tampas (RUSSO, 2016, p. 31), embora as normas da Superintendência da Polícia Científica Técnica tenham instituído que a entrega dos corpos necropsiados deve ser feita pelo menos com a manta mortuária pelas unidades do Instituto Médico Legal. A forma como este processo ocorre resulta em uma ausência quase total de provas, uma invisibilidade radical, tornando impossível dar uma identidade porque, depois que estes corpos são despojados, eles são enviados para a área designada para NN no cemitério público de Perus. Este lugar, que nada mais é que um campo sem distinção entre filas, blocos e sepulturas, os recebe e a partir deste momento, mesmo com o trabalho de antropologia forense e DNA, torna-se praticamente impossível localizar a pessoa desejada em uma megalópole como a cidade de São Paulo, onde inumeráveis NN são enterrados a cada dia.

4. REFLEXÕES FINAIS

O foco central desta reflexão está na compreensão das formas de desaparecimento que se naturalizam na sociedade e estão vinculadas aos impactos do colonialismo nas relações intersubjetivas baseadas na racialização das relações de poder, na herança das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas e na classificação de sujeitos (GONZALEZ, 1988). Esta violência estatal persiste em formas de racismo e classismo institucional que não são visíveis no labirinto burocrático que lida com a morte (HATTORI, 2022). Defendo que a omissão institucional é uma das técnicas de fazer desaparecer pessoas cujos corpos não são considerados importantes.

Portanto parti da perspectiva de uma arqueologia que investiga o abandono e busca tornar uma paisagem familiar, desconhecida (BUCHLI; LUCAS, 2001), e encorajar as pessoas a verem os traços do passado recente e a se engajarem com suas paisagens comuns de uma maneira mais crítica (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007). Se em períodos excepcionais, novas categorias de “subversivos” são inventadas pela violência estatal, como ocorreu durante a ditadura brasileira, com aqueles considerados comunistas classificados como terroristas, esta exceção é implacável e se intensifica ainda mais com grupos que já eram considerados “classes perigosas” (WACQUANT, 2010), como a população pobre e negra. Esta violência, provocada pelo período moderno, começou com o deslocamento forçado da África para as Américas, os horrores da escravidão, que forjaram a república brasileira e suas instituições, que são construídas sobre a perseguição de africanos livres e afro-descendentes (CHALHOUB, 2011; MARTINS, 2014). As delegacias criadas neste período funcionaram para manter a “ordem” contra a ameaça dos indivíduos escravizados e suas diferentes formas de luta pela liberdade, que se tornaram especialmente assustadoras com o fantasma da Revolução Haitiana (PEDRETTI, 2020).

O Estado moderno torna-se responsável pela construção social do cadáver não identificado através de suas instituições, tais como delegacias, institutos médicos legais, cemitérios, hospitais, tabeliães, etc. Este esforço para estabelecer a identidade do cadáver é realizado por um grupo de técnicos que, em seu trabalho cotidiano, atuarão para administrar o cadáver, estabelecendo a causa da morte, história, registro, etc. Esta burocracia, usada para controlar, é a que também demonstrará como esta rede de profissionais e instituições estabelecerá moralidades distintas baseadas em como foi possivelmente a vida destes sujeitos - a falta de esforço na identificação se cruzará com todas aquelas categorias que, na vida, marginalizam e excluem um indivíduo de qualquer direito à cidadania ou a uma existência social.

Aplicando dados quantitativos, apresentei como a falta de cuidado e informação sobre a descrição das roupas faz desaparecer a pouca informação sobre aquele corpo sem vida. Isto torna ainda mais difícil para um membro da família encontrar uma pessoa desaparecida. O que vimos através da análise é que existe uma continuidade no uso destas técnicas para desaparecer em instituições, especialmente com estas enterradas como NN, não apenas em relação aos desaparecidos políticos que lutaram contra o regime, mas toda a população que é vítima da violência do Estado e que não é considerada cidadã de pleno direito, não em vida, pelo menos na morte.

Quanto às técnicas de desaparecimento com os órgãos, tentei apresentar como grupos

de técnicos, administradores, funcionários, parte do regime, utilizam um sistema complexo e meandroso com suas numerosas lacunas que preenchem e criam esta técnica de desaparecimento através da burocracia.

Há uma relação inversa neste processo - na medida em que há um aumento de documentos, há uma diminuição de objetos, roupas e outros elementos de identificação. Conforme o processo de identificação prossegue, a pouca informação que havia sobre aquele corpo se perde - a marca da camiseta, o tamanho do sapato, o detalhe do jeans.

É interessante ver como é difícil rastrear as pessoas que o fazem, ao invés de rastrear aqueles que estão enterrados como NN. Em um sistema de fabricação de papel e compartilhamento do técnico de exumação responsável pela abertura do corpo, o médico que faz a autópsia, o funcionário que digita o relatório, o motorista que leva o corpo, o delegado que faz o pedido, o administrador do cemitério, o balconista que registra a entrada do corpo no livro e o escrivão, a responsabilidade de cada um se esgota.

A omissão e o descaso de funcionários e instituições são entendidos como tecnologias, inventados e aperfeiçoados mecanismos de poder. De uma perspectiva foucaultiana, estou interessado em como essas redes de poder funcionam e como cada indivíduo e instituição assume uma posição, ou seja, como afeta o poder e ao mesmo tempo como o exerce (FOUCAULT; DEFERT; GOLDSTEIN, 2010). Se existe uma série de procedimentos legais estabelecidos em regulamentos e leis, onde o tratamento da morte seria procurado para tratar todos os corpos da mesma forma, ao examinar isso no dia-a-dia, muitas das propostas de Foucault sobre a relação com a lei são observadas. Foucault (2007) propõe substituir a imagem da lei como uma demarcação da esfera legal/illegal pela de uma lei que administra as ilegalidades. É claro que a lei tolera certas ilegalidades (os da classe dominante) enquanto persegue outros como um mecanismo de dominação. A novidade desta abordagem é que ela entende que as ilegalidades não são falhas ou imperfeições do sistema, mas, pelo contrário, são funcionais dentro de uma estratégia geral da sociedade, como é o caso das formas de desaparecimento por omissão. A lei, portanto, não procura impedir certos comportamentos, mas distinguir as formas de violação da própria lei (PERMUY RODRÍGUEZ, 2015).

AGRADECIMENTOS

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, a equipe que constituiu o Grupo de Trabalho Perus entre 2014 e 2017, cujos debates, lutas cotidianas e trabalho conjunto iniciaram o desenvolvimento dessas reflexões que aqui estão: Aline Oliveira, Ana Tauhyl, André Strauss, Candela Martínez, Douglas Mansur, Felipe Quadrado, Jacob Gelwan, Luana Alberto, Mariana Inglez, Marina Gratão, Marina di Giusto, Patrícia Fisher e Rafael de Abreu e Souza. Ao Alfredo González-Ruibal pela orientação e Marianne Sallum pelo convite.

5. REFERÊNCIAS

- ABÓS, Alvaro. La racionalidad del terror. **El Viejo Topo**, [s. l.], n. 39, p. 9–15, 1979.
- ABRAHAM, Nicolas; TOROK, Maria. **The shell and the kernel: Renewals of psychoanalysis**. [S. l.]: University of Chicago Press, 1994. v. 1
- AGAMBEN, G; HELLER-ROAZEN, D. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. [S. l.]: Stanford University Press, 1998. *E-book*.
- ALVES, Jaime Amparo. From necropolis to blackpolis: Necropolitical governance and black spatial praxis in São Paulo, Brazil. **Antipode**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/anti.12055>
- AUGÉ, Marc. **Non-places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity**. [S. l.]: verso, 1995.
- BARCELLOS, Caco. O Globo Repórter sobre a vala de Perus. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade**, [s. l.], p. 213–226, 2001.
- BASSICHIS, Morgan; SPADE, Dean. Queer politics and anti-blackness. *In: QUEER NECROPOLITICS*. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203798300>
- BOURDIEU, Pierre. **La distinción: criterio y bases sociales del gusto**. [S. l.]: Taurus, 2016.
- BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade** (Presidência da República, Org.). Brasília - DF: [s. n.], 2014.
- BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. **Archaeologies of the contemporary past**. London: Routledge, 2001.
- CARVALHO, Patricia Marinho de. **Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão-Vila Bela/MT**. [S. l.]: Universidade de São Paulo, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. [S. l.]: Editora Companhia das Letras, 2011.
- CROSSLAND, Zoë. Evidential Regimes of Forensic Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155513>
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta limón ediciones, [s. d.].
- DE LEÓN, Jason. **The land of open graves: Living and dying on the migrant trail**. [S. l.]: Univ of California Press, 2015. v. 36
- EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Quando existe “violência policial”? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **Dilemas**, [s. l.], 2015.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra (The wretched of the earth)**. [S. l.]: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no IML-RJ, 1942-1960**. 1. ed. [S. l.]: Editora e-papers, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population: lectures at the Collège de France, 1977-78**.

[S. l.]: Springer, 2007.

- FOUCAULT, Michel; DEFERT, Daniel; GOLDSTEIN, Victor C N - Bca. Filóloga Mara Zambrano--Deposito DP304.9FOU AVAILABLE Bca. Filósofa-Deposito DP304.9FOU AVAILABLE. **El cuerpo utópico ; Las heterotopías**. Buenos Aires: Nueva visión, 2010.
- FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nobrega. **Da biopolítica à negrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil**. [S. l.]: Universidade de São Paulo, 2018.
- GILMORE, Ruth Wilson. **Golden gulag: Prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California**. [S. l.]: Univ of California Press, 2007. v. 21
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Making things public: Archaeologies of the Spanish Civil War. **Public Archaeology**, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/175355307x264165>
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **Time to destroy: An archaeology of supermodernity**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/526099>
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, [s. l.], v. 92, n. 93, p. 69–82, 1988.
- GUPTA, Akhil. **Red tape: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. [S. l.]: Duke University Press, 2012.
- HARRISON, Rodney; BREITHOFF, Esther. Archaeologies of the Contemporary World. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 203–221, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102116-041401>
- HARTMAN, Saidiya V. The time of slavery. In: ENCHANTMENTS OF MODERNITY: EMPIRE, NATION, GLOBALIZATION. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203150993>
- HARTMAN, Saidiya. Venus in Two Acts. **Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism**, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jallcom.2009.08.083>
- HATTORI, Márcia Lika. **An archaeology of necropolitics: Omission, Disappearance and Legacies from Dictatorship in Brazil**. 296 f. 2022. - University of Basque Country, [s. l.], 2022.
- HATTORI, Márcia Lika *et al.* O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Brasil, n. 2, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/pdf/HATTORI__Marcia_Lika_et_al_-_O_caminho_burocratico_da_morte_e_a_maquina_de_fazer_desaparecer.pdf
- HERNANDO, Almudena. **The fantasy of individuality: On the sociohistorical construction of the modern subject**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-60720-7>
- HIRSCH, Marianne. The generation of postmemory. **Poetics today**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 103–128, 2008.
- JANAWAY, Rob. Degradation of Clothing and Other Dress Materials Associated with Buried Bodies of Archaeological and Forensic Interest. In: HAGLUND, William D; SORG, Marcella H (org.). **Forensic Taphonomy**. [S. l.: s. n.], 2002.
- KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de

Janeiro: Forense, 1995.

- KANT DE LIMA, R. Policía, justicia y sociedad en el Brasil: un abordaje comparativo de los modelos de administración de conflictos en el espacio público. *In*: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria (org.). **Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil: estudios de Antropología Jurídica**. [S. l.]: Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras. Sección de ..., 2005.
- LAQUEUR, Thomas. Bodies, death, and pauper funerals. **Representations**, [s. l.], v. 1, p. 109–131, 1983.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300013>
- MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930**. [S. l.]: Universidade de São Paulo, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Raisons politiques**, [s. l.], n. 1, p. 29–60, 2006.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. *In*: FOUCAULT IN AN AGE OF TERROR: ESSAYS ON BIOPOLITICS AND THE DEFENCE OF SOCIETY. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2008. p. 152–182. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9780230584334>
- MEDEIROS, Flávia. Vidas Ordinárias, Corpos Matáveis: Moralidades e Emoções na Construção Institucional de Mortos no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. *In*: LIMA, Robert Kant de; EILBAUM, Lucia (org.). **Pensando o Rio. Administração Policial e Judicial de Conflitos**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2015. v. I, p. 300.
- OLIPHANT, Travis E. **A guide to NumPy**. [S. l.]: Trelgol Publishing USA, 2006. v. 1
- OLIVIER, Laurent. **The dark abyss of time: archaeology and memory**. [S. l.]: AltaMira Press, 2017.
- PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça? [s. l.], 2012.
- PEDRETTI, Lucas. Da “ditabranda” à “gripezinha” | Ditadura militar, racismo e antirracismo. **Historias da Ditadura**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/destaque/racismo-antirracismo/>
- PERMUY RODRÍGUEZ, Eva Belén. **Las tecnologías de poder de Foucault y el control de la migración**. 146p. f. 2015. - Universitat de Barcelona, [s. l.], 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, [s. l.], n. 5, 2015.
- REZENDE, Patrick Arley de. **Corpos sem nome, nomes sem corpos: Desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa**. 176p f. 2012. - Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.], 2012.
- RUSSO, Pedro. **Documento contendo realização de entrevistas em profundidade com técnicos e gestores de cemitérios públicos do Estado de São Paulo e o levantamento de protocolos municipais e nacionais de gestão de cadáveres em cemitérios e síntese das recomendações e ORCOOPERAÇÃO PARA O INTERCÂMBIO INTERNACIONAL, DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA TRANSICIONAL DO BRASIL**. Brasília, Brazil.: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2016.

- SALERNO, Melisa. Hora de vestirmos. Antecedentes y perspectivas en el estudio del cuerpo vestido en arqueología histórica. **Temas y Problemas de la Arqueología Histórica, Luján, Universidad de Luján**, [s. l.], v. 2, p. 397–408, 2009.
- SALERNO, Melisa. Identidades extremas: moda, vestido e identidad en los confines de la sociedad moderna (Antártida, siglo XIX). **Arqueología**, [s. l.], v. 13, p. 185–211, 2007.
- SCHWAB, Gabriele. **Haunting legacies: Violent histories and transgenerational trauma**. [S. l.]: Columbia University Press, 2010.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. [S. l.]: Traficantes de sueños, 2016.
- SOUZA, R A *et al.* **A retomada das análises da Vala clandestina de Perus** (Comissão da Verdade Rubens Paiva, Org.) **Relatório Final**. São Paulo NV - Recomendações Gerais e Recomendações Temáticas: [s. n.], 2015. Disponível em: <http://www.verdadeaberta.org>.
- TELES, Maria Amélia Almeida;; LISBOA, Suzana Keninger. A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça! *In*: MACUCO, Instituto (org.). **Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira**. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. v. 1, p. 200. *E-book*.
- THEUNE, Claudia. Clothes as Expression of Action in Former Concentration Camps. **International Journal of Historical Archaeology**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10761-017-0440-3> LB - Theune2017
- VAN ROSSUM, Guido; DRAKE JR, Fred L. **Python tutorial**. [S. l.]: Centrum voor Wiskunde en Informatica Amsterdam, 1995.
- VANNUCHI, Camilo. **Vala de Perus: uma biografia**. 1st. ed. São Paulo, Brazil: Alameda Editorial, 2020.
- VERDERY, Katherine. **The Political Lives of Death Bodies: Reburial and Post-colonial Change**. 1st. ed. New York: Columbia University Press, 1999.
- WACQUANT, Loïc. Crafting the neoliberal state: Workfare, prisonfare and social insecurity. *In*: WHY PRISON? [S. l.]: Cambridge University Press, 2010. p. 65–86. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139344258.006>

Recebido em: 03/05/2022
Aprovado em: 30/05/2022
Publicado em: 30/06/2022